

## PROJETO DE MILITARIZAÇÃO DA SEGURANÇA NACIONAL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS.

HELENA DA SILVA PORFÍRIO;  
ROMERIO KUNRATH

*Universidade Federal de Pelotas – porfirio9898@gmail.com*  
*Universidade Federal de Pelotas– romeriojk@yahoo.com.br*

### 1. INTRODUÇÃO

O objetivo dessa pesquisa é analisar a atuação da Guarda Municipal enquanto instituição de segurança, atentando ao seu projeto de militarização. O propósito maior é mostrar a militarização da segurança pública brasileira, um projeto de herança da ditadura civil-militar. Entenda-se por “militarização” o processo de adoção e emprego de modelos, métodos, conceitos, doutrinas e procedimentos por parte dos agentes policiais no desenvolvimento de suas atividades, dando assim uma feição militar as questões de segurança pública Miranda (2014); Serra (2016).

Proponho a realização de uma leitura crítica e analítica, enquanto pesquisadora da área das humanidades, do Plano Nacional de Segurança Pública abrindo assim caminho teórico para consolidar a teoria de militarização das nossas instituições. Após a construção teórica viso a análise das políticas públicas propostas para esta área, entendendo que a análise das políticas públicas nos permite compreender a proposta ideológica por parte do Estado, e assim entender como e se contribui ou não para esse caráter militar da segurança pública brasileira.

A militarização da segurança pública brasileira afeta todos os níveis e age diretamente sobre populações “perigosas”. Categoria essa criada por esse projeto de segurança, é preciso a consolidação/criação de grupos ‘perigosos’ para que os agentes de segurança pública tenham espaço aberto para uso de táticas militares em prol do “bem-estar social”, outra categoria fabricada, em grande parte pelos agentes do Estado. “(...)reflexão sobre o modelo de uma política de segurança apresentada como uma resposta “democrática” às demandas de criminalização e controle social de grupos “perigosos” ao bem-estar social.” Serra (2016)

### 2. METODOLOGIA

A pesquisa vai se debruçar sobre a leitura crítica/ analítica, a partir de uma revisão sistemática, com o intuito de identificar rastros do projeto de militarização dentro do documento oficial PNSP, a última alteração do documento foi realizada no ano de 2018. A escolha desse documento se dá por este ser o principal

instrumento de implementação da Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social. De acordo com a Lei n 13.675/18, que institui o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

O documento completo da PNSP abrange um extenso campo de crimes e ações, orientado desde a construção de políticas de prevenção a atuação direta em combate a criminalização organizada. A minha abordagem vai se dedicar a leitura das orientações de construção sobre as ações preventivas.

No intuito de compreender melhor como as ações preventivas atuam de fato na sociedade, como os agentes de segurança operam durante essas ações, entendo que seja essencial a compreensão e análise das políticas públicas voltadas para essa área. A construção das políticas públicas na área da segurança sofre impacto direto das orientações do PNSP e da proposta ideológica do governo, assim então espero conseguir mostrar o caráter militar que vem desde a orientação do PNSP como a inclinação política dos governos, usando para essa análise a tipologia para a classificação das Políticas Públicas proposta pelo Neto (2011).

A elaboração das políticas públicas se dá em vários âmbitos e níveis do governo, para tornar minha pesquisa possível, me proponho a analisar as Políticas Públicas a nível municipal, tendo como foco o município de Pelotas-RS e sua política pública Pacto pela Paz, projeto que abrange as mais diversas áreas da sociedade inclusive a de segurança pública, e principalmente a atuação das Guardas Municipais nas ações de prevenção a criminalidade.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise histórica da construção da Segurança Pública no Brasil, é o ponto inicial para a construção desse trabalho. Tenho como objetivo demonstrar e ressaltar que a Segurança Pública no Brasil está atrelada a construção do discurso de defesa social e do bem-estar social.

Os maiores debates sobre segurança pública iniciaram no período da democratização, a construção da nossa teoria de segurança pública se estabelece então em grande parte por uma pressão social, a população brasileira começou exigir que essa temática fosse debatida pelos representantes a presidência. O período histórico que essa discussão se populariza é logo após o fim da ditadura civil-militar, a memória ainda vivida desses processos e seus métodos permeava ainda o imaginário brasileiro.

Vale aqui a ressalva da relação do Brasil com a construção da memória da ditadura, algo que nunca foi de interesse de uma parcela significativa dos governantes e administradores desse país. A falta de uma memória da ditadura a época, abriu espaços para que resquícios e processos desse período ainda estejam presentes nas nossas políticas mais recentes.

Durante o processo de ditadura militar as forças armadas do país tinham um único objetivo que era a defesa da soberania nacional. A defesa da soberania nacional estava atrelada a uma doutrina de inimigo externo, para algo ou alguém que atentasse contra a soberania nacional, em que o uso

Através da leitura detalhada e da utilização do método de análise de discurso procuro comprovar o que Carlos Henrique Serra aborda no seu texto Fissuras do Estado de Direito: o dispositivo militarizado de segurança e punição no Brasil

contemporâneo. Onde através de dados etnográficos ele traz a discussão de que todas as nossas instituições de segurança pública são perpassadas pelo ideal da militarização, até mesmo as guardas municipais de pequenas cidades, que em princípio surgiram com o intuito de proteger e zelar pelo patrimônio, mas que teve sua função e seu alvo sendo mudado através de leis municipais que prezam pela contenção dos “grupos perigosos”.

A estruturação desse imaginário ideológico de constantes inimigos que se deve combater e aprisionar, como a única solução em prol de um segurança pública. A construção do imaginário dos “grupos perigosos” é essencial para que todo o resto da engrenagem da política de segurança pública funcione. Através da mídia e dos estereótipos se constrói a definição do que deve ser mantido longe, do que deve ser colocado às margens e ser limpo da sociedade. Essa política de criação de inimigos deve ser entendida como a criminalização da pobreza, a questão se volta a uma hierarquia de classes.

#### 4. CONCLUSÕES

O uso/construção de uma tipologia capaz de mapear e entender como funciona as políticas de prevenção na área de segurança pública de Pelotas, especialmente as operadas pelas guardas municipais. Entender a função e qual o papel da guarda municipal dentro desse plano nacional da militarização da nossa segurança.

Teorização sobre o nosso plano nacional de segurança(PNSB) apresentando teorias de estudo, discussão de conceitos estruturantes do nosso imaginário de segurança, envolvendo a descriminalização de grupos.

#### 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DE MIRANDA, Ana Paula Mendes. Militarização e direitos humanos: gramáticas em disputa nas políticas de segurança pública no Rio de Janeiro/Brasil. Forum Sociológico, [s. l.], 2014.

SERRA, Carlos Henrique Aguiar et. al. Fissuras do Estado de Direito: o dispositivo militarizado de segurança e punição no Brasil contemporâneo. In: MELO, Juliana et. al (org). **Ensaio sobre justiça, reconhecimento e criminalidade**. Natal, RN: EDUFRN, 2016

NETO, Paulo de Mesquita. Os Municípios e a Segurança Pública. In: NETO, Paulo de Mesquita. *Ensaio sobre Segurança Cidadã*. [S. l.: s. n.], 2011. p. 51-67.

MAÍSA COELHO FRANÇA. Botucatu 2015. TIPOS DE REVISÃO DE LITERATURA, Biblioteca Prof. Paulo de Carvalho Mattos: Faculdade de Ciências Agrônômicas - Campus de Botucatu, 11 maio 2018.